A IMPRESCINDÍVEL CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA O DIREITO BRASILEIRO

Autor(res)

Pollyanna Cristina Martins De Zalazar
Ana Clara Campos Marsico

Categoria do Trabalho

2

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Neste estudo, a interseção entre Psicologia e Direito é explorada como uma parceria crucial para enfrentar os desafios complexos nos diferentes contextos jurídicos. A Psicologia Jurídica, como auxílio para o profissional da advocacia tem acompanhado as crescentes demandas do sistema legal, exigindo atualização constante e adaptação diante das diversas questões apresentadas. Inicialmente focada na esfera criminal, essa interação expandiu-se para abranger uma ampla gama de ramos do Direito, incluindo questões familiares, trabalhistas e cíveis. Não apenas contribui para a compreensão das questões emocionais envolvidas, mas também para a preservação do bem-estar das vítimas e a promoção de um ambiente mais compassivo dentro do judiciário brasileiro. Ao abordar uma variedade de questões, essa colaboração entre Psicologia e Direito reforça a importância da abordagem interdisciplinar na busca por soluções eficazes e humanizadas para os desafios jurídicos contemporâneos.

Objetivo

O objetivo deste artigo é explorar a intersecção entre Psicologia e Direito, destacando a importância da Psicologia Jurídica, e como sua integralidade é fundamental no judiciário. Pretende-se contextualizar essa relação, evidenciando como a Psicologia Jurídica se aproxima do Direito, permitindo uma colaboração sinérgica em diversos setores, como guarda compartilhada e alienação parental.

Material e Métodos

Foram realizadas pesquisas bibliográficas em quatro obras de 2009 a 2017, a partir das quais foram buscados explorar a intersecção entre Psicologia e Direito, e a compreensão do comportamento humano e dos processos mentais é essencial para a aplicação eficaz da justiça e para a promoção de uma sociedade mais justa e equitativa. Desempenhando um papel fundamental ao oferecer insights e conhecimentos que auxiliam na compreensão das motivações, atitudes e capacidades das pessoas envolvidas em processos jurídicos.

Resultados e Discussão

Para compreendermos a interseção entre Psicologia e Direito, é essencial contextualizar a Psicologia Jurídica como uma das áreas de atuação dos psicólogos. Este campo aproxima-se do Direito, possibilitando uma

colaboração sinérgica em diferentes setores, como guarda compartilhada e alienação parental. Conforme observado por Lago e Bandeira (2009), embora em constante desenvolvimento, a Psicologia Jurídica demanda atualização contínua por parte dos profissionais, dada a sua complexidade e a diversidade de desafios abordados. Inicialmente, a relação entre Psicologia e Direito concentrou-se na área criminal, destacando-se a importância da avaliação psicológica. No entanto, essa interação expandiu-se para outros ramos do Direito, como o Civil, com processos envolvendo Direito da Infância e Juventude. Setores como Direito da Família e Direito do Trabalho têm exigido cada vez mais a presença da psicologia, especialmente nos últimos anos.

Conclusão

A interação entre Psicologia e Direito revela uma parceria fundamental para lidar com a complexidade dos desafios enfrentados nos diversos contextos do judiciário brasileiro. O resgate de práticas antigas, como a mediação, representa um movimento importante na busca por soluções colaborativas e equitativas para os conflitos. A mediação familiar, por exemplo, oferece um espaço para as partes envolvidas negociarem e encontrarem acordos de forma imparcial, com o auxílio de mediadores neutros e capacitados.

Referências

CUNICO, Sabrina Daiana; MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira; ARPINI, Dorian Mônica e SILVA, Milena Leite. Vivências de um serviço de psicologia junto a um núcleo de assistência judiciária. Aletheia [online]. 2010, n.33, pp. 166-176. ISSN 1413-0394. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942010000300014> Acesso em: 07mai. 2024.

GONÇALVES, Vinícius Marcus; CLEMENTE, Anderson Dias. A importância da psicologia para o direito. 2017. Disponível em <https://markullino1987.jusbrasil.com.br/artigos/435817157/a-importancia-da-psicologia-para-o-direito > Acesso em: 07mai. 2024.

LAGO, Vivian de Medeiros; BANDEIRA, Denise Ruschel. A Psicologia e as Demandas Atuais do Direito de Família. Psicologia Ciência e Profissão. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009, pg. 290-305. Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n2/v29n2a07> Acesso em:07mai. 2024.